

Florianópolis, 11 de julho de 2013.

MPF de Rio do Sul
Dr. Andrei Mattiuzi Balvedi
Rio do Sul – SC

Prezado procurador

O Conselho Indigenista Missionário, que há 40 anos realiza ações de apoio e defesa dos povos indígenas Guarani, Kaingang e Xokleng nesse estado de SC, quer denunciar a esta Procuradoria o uso de verbas público pelo Prefeito de Vitor Meireles, para promover ataques aos direitos indígenas e incitar crianças e professores contra os indígenas, numa demonstração explícita de racismo e discriminação, e pedir providências.

O fato ocorreu durante a mobilização nacional contra as demarcações das terras indígena no dia 14 de junho, convocada pela Confederação Nacional de Agricultura – CNA, representada aqui em Santa Catarina pelo deputado federal Valdir Colatto. A prova material está no vídeo postado no sítio do youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=4vR19RhTZ24>

Além das SDRs prefeituras também se mobilizaram para a divulgação do ato, um exemplo disso, foi o prefeito de Vitor Meireles conforme foi divulgado pelo rádio daquele município, o prefeito diz em entrevista que recebeu o material produzido pela CNA: *“Recebemos o material de conscientização hoje (sexta), e decidimos entregá-los nas escolas, como forma de deixar os jovens e crianças a par dessa situação, além de poderem dividir com os pais e toda a família”, explicou o prefeito de Vitor Meireles, Lourival Lunelli. O material está disponível ainda em diversos pontos da cidade*. (anexo1). A mobilização fechou vários pontos das rodovias do estado.

Diante dessa notícia ficamos nos perguntando, o que leva um prefeito sair de seu gabinete, pra ir para escolas falar contra as demarcações das TIs?

Fomos informados também que as Secretarias Regionais - SR estariam colocando recursos financeiros e humanos nesta mobilização a população contra os indígenas. Diante dessa denúncia o Cimi enviou um ofício ao governador do estado Raimundo Colombo com cópia ao MPF (anexo 2), cobrando explicações, mas até o momento não recebemos resposta.

Este movimento tem acirrado os conflitos em todo estado, acreditamos que o conflito na localidade da aldeia Barragem, TI La Klãno Xokleng, no dia 13 de junho tem ligação direta com a incitação contra os indígenas. No ato os colonos desmataram a área indenizada e demarcada pelo Exército Brasileiro, e mudaram o marco de lugar, esse fato esta sendo investigado pela Policia Federal.

Era isso o que tínhamos para o momento.

Atenciosamente,

Osmarina de Oliveira e Clovis Antonio Brighenti

15/06/2013 - 06h56 - Atualizado em 15/06/2013 - 06h56

VITOR MEIRELES ADERE À MOBILIZAÇÃO NACIONAL CONTRA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS.

<http://ww.radio1079.fm.br/?URL=noticia/VITOR-MEIRELES-ADERE-A-MOBILIZACAO-NACIONAL-CONTRA-DEMARCAAO-DAS-TERRAS-INDIGENAS,7003.html>



Vitor Meireles esteve entre os diversos municípios catarinenses que se mobilizaram na sexta-feira em prol da suspensão de novas demarcações de terras indígenas e da revisão dos recentes laudos antropológicos emitidos pela Funai. Contudo, diferente de outras regiões, principalmente de outros estados brasileiros, a situação foi tranquila. “Recebemos o material de conscientização hoje (sexta), e decidimos entregá-los nas escolas, como forma de deixar os jovens e crianças a par dessa situação, além de poderem dividir com os pais e toda a família”, explicou o prefeito de Vitor Meireles, Lourival Lunelli. O material está disponível ainda em diversos pontos da cidade.

Como o clima entre agricultores e índios na região é tranquilo, o prefeito disse que não cabia realizar protestos. “Se fizéssemos isso estaríamos abrindo precedente para que os indígenas também o fizessem. E como estamos em paz, apenas trabalhamos a conscientização, com um material que explica um pouco sobre o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil”, acrescentou.

A nova demarcação da Terra Indígena La Klaño, localizada principalmente em José Boiteux e Vitor Meireles, está perto de completar 20 anos. O estudo antropológico para aumentar de 14 mil hectares para mais de 30mil hectares a área indígena foi realizado em 1994. Muitas foram as ações realizadas por parte de índios e agricultores, e embora o processo esteja no Supremo Tribunal Federal há alguns anos, nenhum parecer ainda foi dado. “Com essa nova demarcação 549 propriedades de Vitor Meireles serão desapropriadas para passarem fazer parte da Reserva Indígena. Nós não concordamos com isso, já que a quantidade que eles possuem hoje é suficiente para a quantidade de índios”, destacou Lunelli.

Para tornar mais justa a decisão de demarcações de terras indígenas por todo o país, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo disse, essa semana, que até final de junho será editado uma portaria regulamentando esse processo. A proposta é que outros órgãos, além da Fundação Nacional do Índio (Funai) sejam ouvidos no processo de demarcação, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário. “Ninguém quer, em momento algum, retirar o protagonismo da Funai, pelo contrário. Queremos reforçar o papel da Funai, mas dando esse reforço a partir de uma definição juridicamente mais estável, e com possibilidade de mediação nos processos de demarcação”, concluiu.

O movimento em prol da suspensão de novas demarcações de terras indígenas e da revisão dos recentes laudos antropológicos emitidos pela Funai, de âmbito nacional, é promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e coordenado no estado pelo deputado federal Valdir Colatto (PMDB/SC).

Chapecó, SC, 13 de junho de 2013.

Sr. Governador do Estado de Santa Catarina
Raimundo Colombo

Estamos acompanhando com extrema preocupação as manifestações de setores da sociedade contrários aos direitos indígenas. Estas entidades pretendem fazer manifestações em todo o Brasil, inclusive em SC, amanhã. Fomos informados que as SDR, nas regiões onde se localizam as comunidades indígenas, estão empenhadas em apoiar as manifestações com recursos humanos, financeiros e de infra estrutura. Não temos como comprovar tal informação. Esperamos que não seja verdadeiras. No entanto, se de fato for, constitui-se num verdadeiro desrespeito a Constituição Estadual que reja em seu “Art. 192. Afirmar que o “ Estado respeitará e fará respeitar, em seu território, os direitos, bens materiais, crenças e tradições e todas as garantias conferidas aos índios na Constituição Federal.

- Parágrafo Único – O Estado assegurará às comunidades indígenas nativas, de seu território, proteção, assistência social, técnica e de saúde, sem interferir em seus hábitos, crenças e costumes.”

Esses atos tem como fundamento o racismo e o preconceito, algo que deve ser combatido pelo Estado e pela sociedade. Não é aceitável que em pleno século XXI hajam manifestações como essas que apelam ao racismo para se contrapõem aos direitos, como se fossem atos democráticos [basta ver o cartaz do movimento]

Tememos pela segurança dos indígenas, uma vez que os atos inflamam setores sociais a se posicionarem contra esses povos.

Considerando que é dever do Estado zelar pela segurança de todo cidadão, queremos afirmar que se qualquer ato de violência física ocorrer contra os indígenas, o Cimi não medirá esforços pra exigir a punição dos responsáveis. Jamais aceitaremos que sejam utilizados recursos públicos para atos de racismo.

Fazemos questão de deixar informado o MPF no Estado e a 6ª CCR do MPF em Brasília para defender os direitos coletivos das populações tradicionais.

Jacson Antonio Lopes Santana

Coordenador do Conselho Indigenista Missionário - Regional Sul

C/C: MPF Chapecó, Joinville, Florianópolis e Caçador.